
O DINAMISMO GEOECONÔMICO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DA FACHADA ATLÂNTICA CATARINENSE ENTRE 2003-2011¹

THE GEOECONOMIC DYNAMISM OF THE METROPOLITAN REGIONS OF THE CATARINENSE ATLANTIC COAST BETWEEN 2003-2011

Carlos José Espíndola²

RESUMO: A fachada atlântica catarinense, ocupada entre os séculos XVIII e XIX, processada a partir do desenvolvimento de uma pequena produção mercantil, promoveu o surgimento de diferentes atividades produtivas em sua estrutura urbano-regional. Essas atividades passaram ao longo de suas trajetórias por profundas transformações que redefiniram as suas características, a sua estrutura urbana e a sua dinâmica econômica, social e territorial. No período compreendido entre 2003-2011, em função do crescimento da economia brasileira, a estrutura produtiva regionalizada, localizada na fachada atlântica catarinense, promoveu, em virtude dos novos investimentos (industrial, comercial e serviços) significativas alterações no espaço metropolitano regional. Nesse sentido, este texto tem como objetivo geral identificar, sobretudo, a partir dos anos de 2003, o dinamismo geoeconômico dessas regiões metropolitanas catarinenses. A conclusão geral é que os vários investimentos realizados nas sedes e núcleos das regiões metropolitanas da fachada atlântica, tiveram impacto direto no mercado de trabalho local/regional e na dinâmica populacional.

Palavras-chave: Fachada Atlântica. Região Metropolitana. Investimentos. Dinamismo geoeconômico.

ABSTRACT: The Atlantic coast of Santa Catarina, occupied between the eighteenth and nineteenth centuries by a small mercantile production, promoted the emergence of different productive activities in its urban-regional structure. Such activities went through their trajectories by profound transformations that redefined their characteristics, urban structure and economic, social and territorial dynamics. In the period between 2003 and 2011 and due to the Brazilian economy's growth, the regionalized production structure located on the Atlantic coast of Santa Catarina State promoted significant changes, in the

¹ Este artigo é fruto das pesquisas que realizo no CNPq desde 2013. Agradeço ao CNPq pelo financiamento via bolsa PQ.

² Carlos José Espíndola. Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. E-mail: carlos.espindola@ufsc.br.

Artigo recebido em março de 2019 e aceito para publicação em abril de 2019.

No período pós-2003, essas regiões metropolitanas localizadas na fachada atlântica catarinense passaram por profundas transformações, decorrentes do ciclo de crescimento da economia brasileira e catarinense. Essas alterações foram objetos de análise de diferentes autores, e, entre eles, podemos destacar: Moura e Santos (2011); Santos e Bastos (2012); Mioto (2012); e Silva e Mattei (2013). Essa bibliografia destaca a nova dinâmica urbano-regional em razão, sobretudo, da nova realidade demográfica estabelecida⁵. Procurando deslocar a análise, este texto tem como objetivo geral identificar, principalmente, a partir dos anos de 2003, o dinamismo geoeconômico dessas regiões metropolitanas catarinenses. Nesse sentido, a região metropolitana é vista não apenas pelo fenômeno da conurbação e da densidade demográfica, mas também pelas funções econômicas exercidas pelo núcleo metropolitano relativamente aos seus centros urbanos e áreas rurais. Isso pois, em muitas das regiões metropolitanas criadas no Brasil, a cidade polo não é necessariamente uma metrópole (FIRKOWSKI, 2012).

O texto foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, documental e empírica. O levantamento bibliográfico englobou a leitura e análise de artigos, teses e dissertações. Buscaram-se igualmente informações e dados nos anuários estatísticos da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), nos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), na Federação Catarinense de Municípios (FECAM), entre outras fontes. O empírico contou com entrevistas realizadas na Multilog (Itajaí), na Prefeitura Municipal de Itapema, no Porto de São Francisco do Sul, no Porto de Itajaí, no Porto de Navegantes e na Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

Este artigo é composto de duas partes que, além desta introdução e da conclusão, apresenta a ocupação da fachada atlântica e a sua estrutura produtiva, seguida do dinamismo geoeconômico da fachada atlântica entre 2003-2011.

DA OCUPAÇÃO DA FACHADA ATLÂNTICA CATARINENSE À ESTRUTURA PRODUTIVA: AVANÇOS E RECUOS

A ocupação inicial do território catarinense decorre da política expansionista da coroa portuguesa. Assim sendo, no século XVII, a partir da capitania de São Vicente, com base na concessão de sesmarias, expandiu-se uma frente de povoamento esparsa e de baixa densidade demográfica, que culminou com a fundação de São Francisco do Sul (1658), Desterro (1673) e Laguna (1676). A segunda investida portuguesa nas terras da fachada atlântica, especialmente no litoral, ocorreu no século XVIII, por meio da concessão de pequenos lotes a casais açorianos, constituindo-se na maior intervenção geopolítica e geoeconômica do governo português no Sul do Brasil (MAMIGONIAN, 1998).

Concluída a primeira etapa, teve início, nas primeiras décadas do século XIX, o processo de ocupação das terras das áreas de matas existentes. Desse modo, na década de 1820, estabeleceram-se colônias alemãs em Rio Negro/SC e em São Pedro de Alcântara/SC; todas em lugares onde os caminhos de tropa e de gado entravam na selva e saíam dela (WAIBEL, 1949). Somente a partir dos anos de 1840 foi que se estabeleceram definitivamente as colônias de povoamento em Santa Catarina, com a criação da colônia de Dona Francisca e a de Blumenau. Eram imigrantes que se estabeleceram como pequenos comerciantes, pequenos produtores, artesões e operários, entre outras funções, e que constituíram comunidades próprias (WAIBEL, 1949). A primeira delas passa a se expandir em direção ao Planalto Norte (VIEIRA; PEREIRA, 1997). Já a segunda começa a se desenvolver, a partir de 1860, em direção aos afluentes da margem esquerda do rio Itajaí.

A partir de 1875, foram igualmente implantadas as colônias italianas na parte Sul do território catarinense, concluindo, com isso, a segunda etapa do processo de ocupação

desse território. Em termos gerais, o processo de colonização oficial e particular em Santa Catarina tratou do estabelecimento de milhares de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários, pequenos comerciantes, de origem europeia, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho (MAMIGONIAN, 2011).

Ao longo do desenvolvimento econômico e social, foram constituindo-se estruturas produtivas diferenciadas. Didaticamente, pode-se destacar a existência de cinco estruturas regionais (o litoral de origem açoriana, a área carbonífera do Sul, a área do planalto, as áreas de origem alemã e as áreas recentes do oeste catarinense). Três dessas regiões encontram-se na fachada atlântica catarinense (MAMIGONIAN, 1966).

Na primeira dessas estruturas, localizada na porção central da fachada atlântica, destaca-se Florianópolis. A área de Florianópolis, em razão da decadência da pequena produção mercantil açoriana, passou, a partir do fim do século XIX, a ser a principal praça comercial de abastecimento das colônias alemãs e italianas. Depois de 1950, a cidade ganha o *status* de capital político-administrativa, com a criação de vários órgãos públicos (BASTOS, 2000).

A segunda estrutura, situada no Vale do Itajaí e no nordeste catarinense, caracteriza-se pela presença marcante da pequena produção mercantil, artesões, pequenos comerciantes, que foram gradativamente invertendo seus recursos em atividades industriais, como, por exemplo, no setor têxtil – Hering, Döhler e Schlösser, Buettner e Renaux –, bem como no setor alimentar – Salinger e Cia. Jensen. No nordeste catarinense, mais precisamente em Joinville, a combinação entre a pequena produção mercantil e o beneficiamento e exportação de erva-mate possibilitou a emergência de oficinas mecânicas e fundições, como, por exemplo, Tupy e Douat, que foram levadas a atender ao mercado interno (ROCHA, 1997). Na referida região, desde o início do século XX, foram sendo produzidos artefatos de materiais plásticos ou similares, que resultou na constituição de grandes empresas como a Tigre, a Cipla, Plasbon, Krona, entre outras (NAPOLEÃO, 2011).

Ainda nessa grande área, mais precisamente em Jaraguá do Sul, emergiram atividades vinculadas à produção de motores elétricos (Kohlbach e Weg), seguindo o sucesso de uma experiência bem-sucedida em Joinville (SILVA, 2011). A mercantilização promovida pela erva-mate e madeira em São Bento do Sul e em outros municípios promoveu o desenvolvimento de pequenas marcenarias, que, aproveitando da proximidade da matéria-prima (araucária, imbuia, cedro e outras), deram origem à indústria moveleira na região. Destacam-se as empresas Rudnick, Zipperer e a Intercontinental (KAESEMODEL, 1990).

A terceira estrutura caracteriza-se pela produção carbonífera e ceramista. Descoberto no fim do século XIX, o carvão mineral foi sendo gradativamente explorado a partir de 1850 mediante concessões. A segunda guerra mundial permitiu a expansão da atividade e a emergência de várias empresas mineradoras como, por exemplo, S. Guglielmi, Freitas e a Cia. Siderúrgica Nacional. Essa atividade esteve também na origem de dois novos setores: (1) a ICC, do grupo Petrobrás (NEU, 2009); e (2) as indústrias de cerâmica, como a Cesaca, Cecrisa, Ceusa, Eliane, etc., localizadas em Criciúma, Tubarão, Urussanga, Imbituba, entre outras localidades (GOULARTI FILHO, 2007; VIEIRA, 2009). Nos fins da década de 1960 e início dos anos de 1970, emergiram atividades vinculadas a materiais plásticos, como a Canguru, em Criciúma, Copos descartáveis Zanatta, em Criciúma, a Plazom, em Orleans e a Indústria Catarinense de Plástico (primitiva do grande grupo Copobras S/A (Incoplast, Copobras e Incomir), em São Ludgero (SCHLICKMANN, 2012, p. 80).

A Revolução de 1930, a política substituidora de importações, os planos de desenvolvimento nacionais (Plano de Metas, 1º PND, 2º PND e estaduais POE, PLAMEG) e o sistema de crédito e incentivos fiscais (BDE, BRDE, FUNDESC, PROCAPE e outros) promoveram a inserção da economia catarinense no conjunto nacional. O Produto Interno

Bruto (PIB) catarinense aumentou sua participação no PIB nacional de 2,2% em 1939 para 2,8% em 1970 e 3,7% em 1990. Na década de 1970, enquanto o PIB de Santa Catarina apresentava taxas de crescimento de 11,5%, o PIB brasileiro crescia 8,5%. Já nos anos de 1980, o PIB catarinense crescia em média 5,3% e o do Brasil 2,3%.

A partir de 1990, a política de abertura comercial, o câmbio valorizado, a redução das alíquotas de importações e as medidas neoliberais impactaram nas estruturas produtivas da fachada atlântica catarinense. As empresas viram-se obrigadas a promover um intenso processo de reestruturação técnico produtiva e organizacional assentada, sobretudo, nas inovações em processos em produtos e nas redefinições administrativas e organizacionais, via novas técnicas de gestão, desverticalização produtiva, redefinições patrimoniais, redução de linhas de produtos, eliminação de postos de trabalho, diminuição da produção, desdobramento territorial do capital e inversões em novas atividades econômicas.

Esse processo de reestruturação, foi diferenciado entre os diversos segmentos produtivos e acarretou em impactos desiguais nas regiões geoeconômicas da fachada atlântica. Assim, enquanto os setores carbonífero, localizados no Sul do estado, e o têxtil, no Vale do Itajaí, entraram em crise e/ou em decadência, outros setores mostraram dinamismo, consolidaram-se e emergiram⁶. A consolidação ocorreu ainda nos segmentos de embalagens e descartáveis, localizados no Sul do estado⁷, equipamentos elétricos, eletrodomésticos⁸ e tubos e conexões⁹ e calçados¹⁰.

Em termos gerais, apesar das reestruturações ocorridas, com avanços e recuos, nas estruturas produtivas da fachada atlântica catarinense, no período pós-1990, pode-se afirmar que o crescimento da economia catarinense de 3,5% foi acima da média do país (1,7%). O dinamismo da economia catarinense fez-se presente também na expansão das exportações. Entre 1990-1999, as exportações catarinenses subiram de US\$ 1,4 bilhão para US\$ 2,7 bilhões, enquanto as brasileiras, de US\$ 31,4 bilhões para US\$ 55,1 bilhões (ROCHA, 2011).

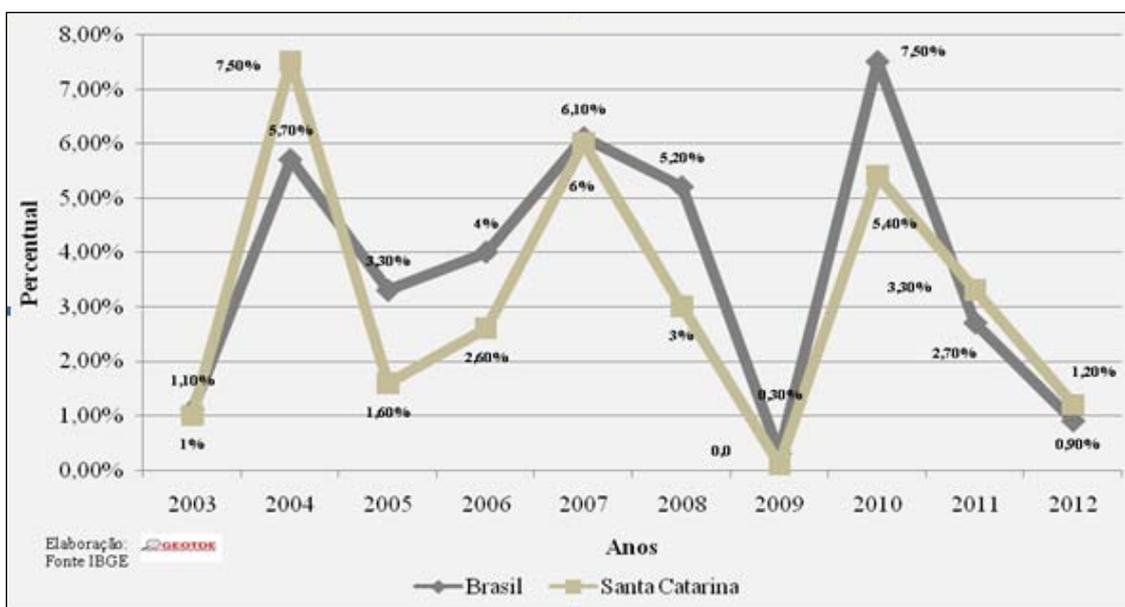
A partir de 2003, a economia brasileira apresentou um ciclo expansivo em decorrência dos fatores internos e externos. Internamente, ressalta-se o crescimento do mercado interno, a evolução do crédito e os investimentos públicos e privados, que resultaram em uma onda de inversões centrada na expansão, diversificação e inovação. Externamente, merecem destaque a liquidez financeira mundial, a taxa de juros baixa no mundo, os investimentos externos diretos, principalmente no setor de serviços, e a elevada demanda mundial por produtos agroalimentares e minerais (BIELSCHOWSKY, 2013)¹¹.

Diante deste novo quadro qual foi o dinamismo geoeconômico das regiões metropolitanas localizadas na fachada atlântica catarinense?

O dinamismo geoeconômico das regiões metropolitanas da fachada atlântica catarinense entre 2003-2011

O dinamismo da economia brasileira teve impacto direto na estrutura produtiva catarinense. Entre 2004 e 2012, o PIB catarinense cresceu 229,9%, passando da casa dos R\$ 77 bilhões para R\$ 177 bilhões. Em termos de taxas de crescimento, passou de 1,0%, em 2003, para 5,4%, em 2010; enquanto o brasileiro aumentou de 1,1% para 7,5%, no mesmo período, conforme demonstra o Gráfico 1. Contudo, em 2012, o PIB catarinense apresentou um aumento de apenas 1,2%, contra 0,9% do Brasil. Setorialmente, enquanto diminuiu a participação da indústria no PIB do estado, de 35,9% para 34,1%, cresce a participação do PIB do Comércio e dos Serviços, de 54,4% para 59,2% (FIESC, 2013)¹².

Gráfico 1. Taxa Anual de Crescimento do PIB – Brasil e Santa Catarina



Contribuíram ainda para o bom desempenho da economia catarinense o aumento das exportações estaduais. Entre 2003-2010, as exportações totais catarinenses tiveram uma taxa média de crescimento anual de 10,8%. Contudo, enquanto as exportações catarinenses subiram de US\$ 3,7 bilhões para US\$ 8,9 bilhões em 2014, as importações cresceram de US\$ 993 milhões para US\$ 16 bilhões, resultando em saldo negativo de US\$ 7,0 bilhões, em 2014 (ESPÍNDOLA, 2016)¹³.

O crescimento da economia catarinense teve impacto direto na geração de empregos. A População Economicamente Ativa (PEA) do estado cresceu 17,5% entre 2001 e 2011 (MATTEI, LAVRATTI, PELED, 2013). Houve um expressivo crescimento do emprego formal na estrutura produtiva catarinense desde 1999. Na média, as taxas anuais de crescimento do emprego em Santa Catarina foram de 5,06%, entre 2000 e 2011. Mesmo diante dessas oscilações da economia catarinense, as regiões metropolitanas catarinenses, localizadas na fachada atlântica, apresentaram um dinamismo decorrentes, sobretudo, dos investimentos no setor industrial, comercial e de serviços.

A região metropolitana de Florianópolis, composta pelos municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara, possui uma população, conforme estimativas do IBGE cerca 934,9 mil habitantes (IBGE, 2015). A totalidade desses municípios, excetuando-se Florianópolis, tinha, até 1980, suas atividades ligadas ao meio rural e, a partir dos anos de 1980, desenvolveu outras atividades ligadas ao setor industrial, comercial e ao de serviços¹⁴. No município de Palhoça, várias empresas de pequeno porte dos setores alimentício, moveleiro e de vestuário instalaram-se. Em 2006, 35 empresas de médio e grande porte foram autorizadas a se instalar, gerando investimento da ordem de R\$ 64,3 milhões (CAMPOS, 2010)¹⁵.

No segmento da construção civil, chama a atenção a implantação de loteamentos planejados como, por exemplo, os loteamentos Pedra Branca, Pagani e Aloar Silveira I, em Palhoça. Destaca-se o empreendimento Terra Nova e o Nova Palhoça. O Grupo Robones adquiriu uma área de 1,8 milhão de metros quadrados para a construção de um condomínio residencial com seis mil casas. O empreendimento Nova Palhoça é uma parceria entre o

grupo Imperatriz e o Grupo Jaime Aleixo, numa área de 900 mil metros quadrados, onde serão edificadas vinte torres e investidos R\$ 100 milhões. Em Florianópolis merecem destaque os condomínios residenciais e resort multifamiliares e unifamiliar (Costão Golf, Il Campanário Vilagio Resort, Village Golf Resort) (LOPES, 2015)¹⁶.

Outro segmento que mostrou dinamismo no período pós-2000, foi o de turismo de lazer, o religioso e o de negócios. Entre 2000 e 2012, o número de turistas para Santa Catarina teve um crescimento de 78,41%, pulando casa dos 2,7 milhões de pessoas para 4,8 milhões¹⁷. Destaca-se que, das dez regiões turísticas catarinense, seis localizam-se na fachada atlântica, e das quatorze festas realizadas anualmente, doze estão concentradas nesta grande área: Marejada, Fenastra, Fenarreco, Oktoberfest, entre outras. Somente a Oktoberfest teve um crescimento de participantes de 102 mil pessoas em, 1984, para 594.636 pessoas, em 2008 (RUECKRERT, 2014).

O aumento do turismo de lazer, religioso e de eventos estimulou a construção de espaços próprios para a realização dos eventos (Centrosul, em Florianópolis), empresas especializadas na realização desses negócios (Convention & Visitors Bureau) e empresas de suporte, como serviços de alojamento, serviços de alimentação, agências de viagens, transporte e recreação. Paralelamente, o crescimento do fluxo turístico para Santa Catarina promoveu a expansão da rede hoteleira a partir de 2000, com a entrada das bandeiras de hotéis integrantes de redes hoteleiras nacionais e internacionais, tais como a rede Blue Tree (Blue Tree Towers), rede Bristol Hotéis & Resorts (Bristol Dobby e Bristol Multy), a rede InterCity (InterCity Premium), a rede Accor (Mercure, Ibis, Sofitel), a rede Deville e a paranaense Slaviero (SANTOS, 2012; DE LUCA FILHO, 2014).

O núcleo da região metropolitana da Foz do Rio Itajaí-Açu, composto pelos municípios de Itajaí, Balneário Camboriú, Camboriú, Navegantes e Penha, possui, conforme estimativas do IBGE (IBGE, 2015), uma população total de 497,6 mil habitantes. Merecem destaque nessa região os novos investimentos direcionados para a modernização do sistema portuário catarinense (Itajaí/Navegantes)¹⁸. Se, por um lado, essa modernização ampliou a movimentação de cargas no porto de Itajaí (entre 2007-2013 o crescimento da carga de contêineres foi da ordem 41,81%), por outro lado, impulsionou o surgimento de várias empresas das áreas de alimentos, construção naval, prestadoras de serviços e da construção civil. Dentre elas, podem-se destacar as empresas de serviços vinculadas à logística e armazenagem de cargas (a Braskarne, a Multilog, a Polyterminais, APM Terminals -Grupo Maersk, a Concórdia Logística, a Refribras Armazéns Frigoríficos, a Safrio Armazém Frigorificado, a Luft Logístcs, a Martini Meat Armazéns Gerais, a Local Frio S/A, entre outras). Muitas dessas empresas instalaram-se próximo ao porto de Itajaí em virtude dos incentivos concedido pelo governo¹⁹. Trata-se, portanto, de economias de aglomerações dinâmicas no setor de logística e transporte²⁰.

No município de Itajaí, a criação de empregos cresceu 20,78%, passando de 58.260 trabalhadores para 75.827, entre 2006 e 2011. Em contrapartida, o número de empresas aumentou 26,58%, passando de 10.432 empresas em 2006 para 13.205, em 2011. Do total de 13.205 empresas em 2011, 41,92% concentram-se no setor de serviços, contra 42,76% do setor comercial. Esses dois setores empregaram em 2011, 77,16% da mão de obra ocupada no município (BRASIL, 2011).

Os investimentos fizeram-se ainda na construção naval em Itajaí e Navegantes (MOREIRA, 2012), e na construção civil nas áreas de Balneário Piçarras, Porto Belo, Itapema e Bombinha. Em Itapema desde o início dos anos de 1990, a Prefeitura Municipal vem promovendo alterações significativas no seu Plano Diretor, visando a modificações no zoneamento urbano e na mudança dos gabaritos. A partir dos anos 2000, foram sendo construídos edifícios com capacidade acima de vinte andares.

Nesse sentido, emergiram empresas de capitais locais e forâneas especializadas na construção dessas edificações²¹. Impulsionado pelos investimentos da construção civil e nas áreas portuárias, o crescimento do número de pessoal ocupado em Itapema passou de 7.819 postos de trabalho para 12.750 entre 2006-2011 (RAIS, 2011). A dinamização das práticas de lazer e turismo promoveu ainda formas diferenciadas de ocupação e crescimento populacional nos municípios de Balneário de Piçarras, Porto Belo, Itapema e Bombinhas (PEREIRA, 2011).

A região metropolitana do Vale do Itajaí, tendo em seu núcleo metropolitano os municípios de Blumenau, Pomerode, Gaspar, Indaial e Timbó, apresentou, em 2015, uma estimativa de 530,9 mil habitantes (IBGE, 2015). Apesar da crise do setor têxtil, especialmente, em Blumenau, houve crescimento significativo do número de empresas em outros segmentos industriais (SIEBERT, 2006). Essa região, entre 2003-2013, aumentou a sua participação no conjunto do valor adicionado da indústria catarinense de 10,86% para 20,22%. Por outro lado, teve redução no valor adicionado no setor de comércio e crescimento no setor de serviços de 33,6% (10,8% de participação em 2003 para 13,47% em 2013). Blumenau, sede do núcleo metropolitano, apresentou, segundo dados do IBGE (2013), um crescimento do PIB de R\$ 3,7 milhões em 2002 para R\$ 13,09 milhões em 2013, o que representou um crescimento acumulado de 3,5 vezes. Já o PIB per capita subiu de R\$ 13,8 mil para R\$ 39,7 mil, no mesmo período.

Fruto do processo de desconcentração industrial acentuado nos anos de 1990, (SIEBERT, 2006), todos os municípios do núcleo metropolitano apresentaram crescimento no número de empresas e pessoal ocupado. Entre 2006-2011, enquanto o número de pessoas ocupadas em Indaial crescia de 16.975 pessoas para 23.069 pessoas, o número de empresas aumentava de 3.145 para 3981, no mesmo período. Em contrapartida, em Gaspar, o número de empresas aumentou de 3.363 para 4.008, enquanto o número de pessoas ocupadas aumentou de 16.717 para 20.854, no mesmo período (RAIS, 2011).

Na região metropolitana norte/nordeste, tendo em seu núcleo os municípios de Joinville e Araquari, há uma população de 540 mil habitantes (IBGE, 2010). Merecem destaque os investimentos no setor automotivo, com a instalação da General Motors, em Joinville, em 2008, e BMW, em Araquari, em 2013. A instalação dessas montadoras impulsionou a instalação de novas empresas, como Hyosung, Takata e Topfusion, Benteler Automotive, entre outras, promovendo com isso um efeito “bola de neve”. Somente em Araquari, enquanto número de empresas cresceu de 611 para 1.408 entre 2006-2011, o número de pessoas empregadas cresceu de 3.201 para 7.618, no mesmo período (BRASIL, 2011). Em Joinville, destaca-se ainda as ondas de investimentos do setor da construção civil, com empreendimentos voltados ao mercado de alta, média e baixa renda, que atraiu a empresa da Espanha, de São Paulo, de Londrina, de Balneário Camboriú, de Florianópolis, entre outras (SANTANA, 2017).

Nessa região metropolitana, os investimentos fizeram-se ainda nas áreas de expansão urbana. Em São Francisco do Sul, o sistema Portuário recebeu investimentos de R\$ 105 milhões, via Programa de Aceleração do Crescimento. Em 2011, o grupo Japonês Marubeni adquiriu a Terlogs Terminal Marítimo. Ainda no Porto de São Francisco, merece destaque os investimentos realizados pela empresa espanhola Dragados Servicios Portuários y Logísticos, no terminal do estado de Santa Catarina (TESC). Entre 2007-2014, o Porto de São Francisco do Sul movimentou um total de cargas de 8,3 milhões de toneladas para 13,3 milhões de toneladas; desse total 56% de granel sólido²². No sistema portuário dessa região metropolitana, outros investimentos ocorreram, como a instalação do Porto de Itapoá, pertencente ao grupo Batistella, Aliança e BRZ investimentos (ZEFERINO, 2016).

Esses investimentos, por conseguinte promoveram um crescimento do número de empresas. Enquanto em Itapoá, o número de empresas cresceu de 928 para 1.026, entre 2007-2011, em São Francisco do Sul, o crescimento foi de 8.056 empresas para 10.390. Um crescimento da ordem de 28,9%. Desse total de empresas criadas em São Francisco do Sul 51,18%, são das áreas de serviços. Referido setor também é responsável por 62,9%, do total de pessoas empregadas.

Na região metropolitana de Tubarão, com seu núcleo metropolitano, composto pelos municípios de Tubarão, Capivari de Baixo e Gravatal, o valor adicionado da indústria aumentou sua participação no conjunto catarinense de 2,63% em 2003 para 2,94% em 2013, já o valor adicionado no setor de comércio reduziu-se em 38%. Em Tubarão, com uma população total de 97.235 habitantes em 2010 (IBGE, 2010), enquanto o número de empresas cresceu de 6.654 em 2006 para 7.112 em 2011, o número do pessoal ocupado cresceu 29.035 para 38.176 (BRASIL, 2011).

Nessa região vale destacar os investimentos realizados no Porto de Imbituba. Adquirido em 2008 pela Santos Brasil, o Porto de Imbituba recebeu R\$ 520 milhões de investimentos em obras de expansão, renovação e aquisição de equipamentos. Em 2014, esse porto teve um crescimento de 214,4% no volume de contêiner movimentado (REVISTA PORTUÁRIA, 2015). Entre, 2007-2014, o porto de Imbituba teve um crescimento do volume exportado em 46,6%, saindo da casa de 1,4 milhões de toneladas para 3,1 milhões de toneladas. Esse crescimento é, sobretudo, fruto das novas operações do terminal da Santos Brasil com cargas em contêineres, da expansão das atividades do terminal da Votorantim e das obras do PAC (FELIPE, JUNIOR, 2016). Entre 2006-2011, o número de empresas cresceu apenas 11,9%, passando de um total de 2.014 empresas para 2.254 empresas, no período. Contudo, chama a atenção que, das 5.939 pessoas ocupadas em 2011, cerca de 80% estão concentradas no setor de serviços e comércio (BRASIL, 2011).

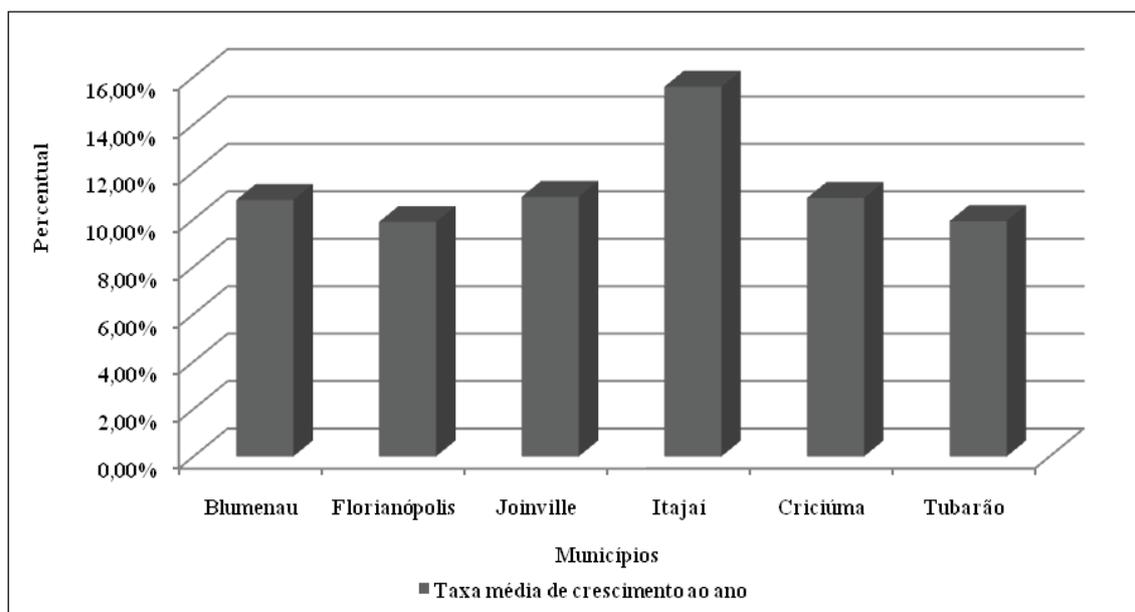
O núcleo central da região metropolitana carbonífera, composta por Criciúma, Içara, Cocal do Sul, Forquilha, Siderópolis, Morro da Fumaça e Nova Veneza, possui, pela estimativa do IBGE, 342,5 mil habitantes. Essa região apresenta-se economicamente dinâmica e diversificada, com destaque para os setores de comércio e serviços, construção civil, metalurgia, alimentar, mineração de carvão, indústrias cerâmica, têxtil e de plásticos, entre outras. Durante as décadas de 1990 e 2000, as indústrias cerâmicas da região concentram investimentos em produtos com maior valor agregado. Ademais, várias empresas italianas e espanholas de fornecimento de matérias primas como fritas, esmaltes e corantes instalaram-se nessa região (BELTRÃO, 2016).

Iniciada nos anos de 1960, a indústria de confecções do Sul do Estado, passou nas décadas de 1980 e 1990, por uma profunda expansão. Proliferaram fábricas, nos municípios de Içara, Morro da Fumaça e Siderópolis para atender grandes marcas (Renner, Ellus e Lee). Em 1980, existiam aproximadamente 60 empresas, que empregavam 1.200 trabalhadores; em 1992 a quantidade de empresas subiu para 380 e o número de trabalhadores para 35.000 (GOULARTI FILHO., 2002). Entre 2006-2011, o número de empresas em Criciúma cresceu 10,7%, passando de 11.152 empresas para 12.346. Contudo, o número de trabalhadores empregados cresceu 22,59% (de 51.484 trabalhadores para 63.119, no mesmo período). Destaca-se ainda que 35,65% estão empregados no setor secundário e 40,4% no setor de serviços. Nesse mesmo período, no município de Içara, enquanto o número de empresas cresceu 27,78% (de 2.156 para 2.755), o número de pessoal ocupado aumentou 39,5%, passando de 10.545 trabalhadores para 14.716. Desse total 54,4% concentram-se no setor secundário (BRASIL, 2011).

O resultado geral desses investimentos tiveram impacto direto no crescimento PIB dos principais municípios sede das regiões metropolitanas da fachada atlântica catarinense, conforme demonstra o gráfico 2. Enquanto, Itajaí apresentou uma taxa média de crescimento anual de

15,59%, entre 1999-2011, Joinville apresentou uma taxa anual de 10,95% e Florianópolis de 9,89%. Contudo, chama atenção o fato de que as taxas de crescimento anual do PIB foi maior em alguns municípios que compõem o núcleo central das regiões metropolitanas. É caso, por exemplo, dos municípios de Palhoça que apresentaram taxas de crescimento anual de 37,40%, Navegantes 36%, Itapoá 32%, entre outros (ESPÍNDOLA, 2015).

Gráfico 2. Taxa média de crescimento anual (1999-2011)



Fonte: IBGE, 2011

Além do desempenho econômico, especialmente nas taxas de crescimento do PIB e na elevação dos postos de trabalho, os investimentos tiveram impacto direto na dinâmica populacional do estado e na estrutura das regiões metropolitanas da fachada atlântica. Do ponto de vista populacional, a população do estado de Santa Catarina é de 6,6 milhões de pessoas, e 84% delas concentram-se nas áreas urbanas. Em termos evolutivos, a população do estado passou de 668.743 habitantes, em 1920, para 6.634.250 habitantes, em 2013, isto é, houve um crescimento de 992%.

Entre 2000 e 2010, enquanto a população urbana de Santa Catarina evoluiu 24,4% (5,2 milhões de pessoas), a população rural reduziu 12,1%, alcançando um total de 1 milhão de pessoas (IBGE, 2013). Segundo Santos e Bastos (2012), enquanto nos últimos trinta anos a população de Santa Catarina multiplicava-se por 3,7 vezes a dos municípios do litoral multiplicava-se 4,6 vezes. Assim, enquanto em 1970, os municípios do litoral participavam com 25,5% da população urbana de Santa Catarina, em 2000 o percentual saltou para 32,1%²³.

A Tabela 1 demonstra o crescimento populacional dos municípios sedes das regiões metropolitanas da fachada atlântica catarinense. Nela, verifica-se que os municípios tiveram taxas positivas acima de 50%. Excetuam-se as taxas de crescimento do município de Tubarão (2,2%) e Criciúma (38,32%). Todavia, é perceptível que ambos os municípios sede das regiões metropolitanas de Tubarão e Carbonífera apresentaram taxas de crescimento pós-2000. A queda de Tubarão em 2000 deriva da emancipação do município de Capivari de Baixo em 1992. Esse município, por sinal, teve uma taxa de crescimento populacional de 25,6% entre 1996 e 2013.

Tabela 1. Crescimento populacional de municípios selecionados da fachada atlântica catarinense (1991-2013)

Município	1991	2000	2010	2013*	Tx. Cresc. (%)
Blumenau	212.025	261.808	309.011	329.082	55,20
Criciúma	146.320	170.420	192.308	202.395	38,32
Florianópolis	255.390	342.315	421.240	453.281	77,48
Itajaí	119.631	147.494	183.373	197.809	65,34
Joinville	347.151	429.604	515.288	546.981	57,56
Tubarão	95.062	88.470	92.569	97.235	2,20
Total	4.541.994	5.356.360	6.248.436	6.634.250	46,06

*Estimativa do IBGE (2013). Fonte: Espíndola (2015).

Além disso, cabe observar que, enquanto o município de Florianópolis teve um crescimento de 1,2 vez entre 2000 e 2010, o município de Palhoça teve um crescimento de 1,3 vez passando de 102,7 mil habitantes para 137,3 mil habitantes, no mesmo período. Esse processo de crescimento populacional superior dos municípios que compõem os núcleos metropolitanos em relação aos municípios sede e nas áreas de expansão repetiu-se nas diversas regiões metropolitanas localizadas na fachada atlântica catarinense. Assim, enquanto entre 2000 e 2010, o município sede da região norte/nordeste (Joinville) cresceu 1,1 vez, o município de Jaraguá do Sul (área de expansão) cresceu 1,3 vez passando de 108,4 mil habitantes para 143,1 mil habitantes, no mesmo período. Analisando-se os dados do IBGE (2010), as diferenças nas taxas de crescimento aumentam se utilizarmos o período entre 1991 e 2010. Desse modo, enquanto o município sede Joinville apresentou um crescimento populacional de 1,4 vez, o município de Itapoá que compõe sua área de expansão cresceu 3,6 vezes, passando de 4 mil habitantes para 14,7 mil habitantes, no mesmo período.

Em termos gerais, verifica-se que o espaço metropolitano da fachada atlântica catarinense apresentou um dinamismo extraordinário do ponto de vista do crescimento do PIB, do mercado de trabalho, do número de empresas instaladas nos setores industriais, de serviços, comercial e imobiliário, e da dinâmica populacional. Em muitos casos, o dinamismo ocorreu muito mais nos municípios que fazem parte do núcleo central da região metropolitana e suas áreas de expansão do que nos municípios sedes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou demonstrar a dinâmica recente da economia das regiões metropolitanas localizadas na fachada atlântica catarinense. Para tanto, advogou-se que o processo de ocupação dessa grande área territorial e o seu dinamismo econômico e social constituíram três grandes estruturas produtivas. Essas estruturas produtivas, juntamente com a economia catarinense, passaram por diferentes etapas de desenvolvimento que se traduziram em avanços e recuos, sobretudo, de certos segmentos cristalizados na economia urbana.

Observou-se ainda que, a partir de 2003, em função do ciclo de crescimento da economia brasileira e catarinense, vários investimentos foram realizados nas sedes e núcleos das regiões metropolitanas da fachada atlântica, que tiveram impacto direto no mercado de trabalho local/regional e na dinâmica populacional. Esses impactos

econômicos, sociais e territoriais manifestaram-se ainda nos espaços externos à região metropolitana. Isso decorre, sobretudo, nas economias de aglomeração que vão emergindo num “efeito bola de neve”.

Nessa perspectiva, o texto deu ênfase a influência direta na territorialização dos capitais (industriais, de serviços, comerciais e imobiliário) e, assim, contribui para uma análise mais ampla da dinâmica da região metropolitana da fachada atlântica catarinense. Por sua vez, a centralidade na territorialização do capital possibilitou identificar a difusão regional do processo de metropolização. Isso significa dizer que cada vez mais ocorre “a continuidade do processo de descentralização, reduzindo nas metrópoles, o poder do núcleo central de negócios em favor de outras centralidades mediante a policentralidade” (FRESCA, 2011, p. 50).

NOTAS

3 A categoria de formação sócio-espacial decorre da idéia de formação econômico-social elaborada por Marx e Engels e sistematizada por Lênin para compreender o conjunto da história e o desenvolvimento de uma dada sociedade (LEFEBVRE, 1969). Didaticamente, a formação social é uma realidade concreta que se transforma, evolui e muda historicamente. Essa categoria “se coloca inequivocadamente no plano da história, que é o da totalidade e da unidade de todas as esferas (estruturais, supra-estruturais e outras), da vida social na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade do seu desenvolvimento histórico” (SERENI, 1976, p. 71). Santos (1977) afirma que a formação econômica e social é indissociável da realidade histórico-concreta, geograficamente localizada. Assim, a noção de formação econômico social adquire o status de formações históricas e geograficamente localizadas, ou seja, formações sócio-espaciais. Apesar de Santos referir-se a idéia de Estado-nação, reforçamos a possibilidade de utilizar a categoria para a escala regional, pois a categoria de formação econômico social possibilita desvendar o funcionamento lógico-estrutural de uma realidade social concreta (SERENI, 1976). Em outros termos as diferenciações espaciais das formações econômico sociais são constituídas por particularidades histórico-genéticas das relações de produção e das forças produtivas em um ambiente social e geograficamente dado. Neste sentido, “[...] a análise geográfica dos fenômenos requer a consideração da escala em que eles são percebidos” (CASTRO, 1992, p. 21).

4 Segundo Machado (2008, p. 238), a “trajetória de metropolização em territórios catarinenses tem suscitado críticas, muitas das quais relacionadas quase sempre aos critérios adotados e o que deles efetivamente explicam e justificam as ações políticas, sem atender a quaisquer critérios urbanísticos e econômicos que justifiquem tais deliberações” (MACHADO, 2008, p. 238). Em 2010, o governo do Estado redefine, além das regiões metropolitanas de Lages, Chapecó, Contestado, Extremo Oeste e Alto Vale do Itajaí, as regiões metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão. Essas regiões metropolitanas serão compostas por um núcleo metropolitano e uma área de expansão metropolitana. Conforme Santa Catarina (2010). Lei Complementar Estadual de Santa Catarina nº 495/2010. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Lei_Complementar_Estadual_de_Santa_Catarina_495_de_2010#Art.1.C2.BA. Acesso em: 18 mar. 2017.

5 Moura e Santos (2011) explicam que, dos 24 municípios catarinenses que mais tiveram incrementos populacionais entre 1991 e 2000, quatorze estão localizados na fachada atlântica. Santos e Bastos (2012) destacam que, enquanto nos últimos trinta anos a população de Santa Catarina multiplicava-se 3,7 vezes, a dos municípios do litoral multiplicava-se 4,6 vezes. Conforme Silva e Mattei (2013), a concentração da população catarinense na fachada atlântica (Litoral) é um movimento verificado nas últimas décadas,

caracterizado por forte incremento populacional das mesorregiões de Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte catarinense. Já segundo Miotto (2012), a concentração da população no litoral catarinense decorre do forte movimento de migração interna.

6 No setor carbonífero, a produção de carvão bruto reduzia-se de 16,4 ROM/t, em 1989, para 4,4 ROM/t, em 1999, e o número de trabalhadores foram diminuídos de 4.530 empregados, em 1990, para 2.630, em 1998. O setor têxtil e o de confecções, por sua vez, em virtude da redução das alíquotas de importações de 105%, em 1990, para 20%, em 1993, e da sobrevalorização cambial, sofreram com as importações de produtos estrangeiros e a queda das exportações de “US\$ 423,6 milhões em 1993, (30,6% do total brasileiro) para US\$ 258,7 milhões em 1999” (MAMIGONIAN, 2011).

7 O número de fábricas de embalagens e descartáveis passou de 25 unidades, em 1990, para 66 em 2001. A produção de descartáveis saltou de 8,5 toneladas, em 1990, para 52,4 toneladas, em 1998. Entre 1998-2004, todas as grandes empresas Copobrás, Zanatta, Cristal, Canguru fizeram vultosos investimentos (SCHLIKMANN, 2012).

8 A Muller, localizada em Timbó, diversificou sua linha de produtos com a criação da Muller fogões a gás e fornos elétricos. Outras empresas de Timbó igualmente ampliaram sua capacidade produtiva, dentre elas a Metisa Metalúrgica Timboense, a Benecke e Cia Ltda. (caldeiras a vapor, aquecedores de água, máquinas a vapor, etc.) e a Rudolph usinados (MULLER, 2012).

9 Apesar das reestruturações patrimoniais, a empresa Tigre passou a investir no mercado latino-americano e conquistou parcelas significativas do setor como, por exemplo, 80% do mercado paraguaio. As empresas catarinenses, na segunda metade dos anos de 1990, detiveram 45% do mercado nacional de acessórios sanitários, 75% dos descartáveis, 70% do mercado de tubos e conexões de PVC, 46% da sacaria para fertilizantes, 50% dos sacos para calcário e cal e 60% das bobinas plásticas (NAPOLEÃO, 2011).

10 O dinamismo do setor calçadista catarinense foi na contramão do que ocorreu no segmento localizado no Rio Grande do Sul e em São Paulo, que, diante das importações, se viu obrigado a deslocar suas unidades produtivas para o Nordeste brasileiro (ROSA, 2014). Outro setor que teve dinamismo foi os parques e incubadoras tecnológicos. Entre 1994-2004, o número de empresas de software de Santa Catarina pulou de 86 para 433 e atingiu em 2013 1.091 empresas instaladas. Desse total, 51,4% concentram-se em Florianópolis, Blumenau e Joinville (LENZ, 2015; KANITZ, 2008).

11 Barbosa (2013) explica que a política econômica (Lula e Dilma) foi marcada pela evolução dos termos de trocas internacionais do Brasil, redução da fragilidade da economia brasileira, expansão dos salários reais e redução da taxa de desemprego, inclusão social via programas sociais (bolsa família), aumento do volume de crédito, entre outros. Em contraposição, Paulani (2008) esclarece que o governo Lula aprofundou a política econômica herdada de FHC como, por exemplo, as metas de inflação, as metas de superavit primário, a utilização do mecanismo de câmbio flutuante e a liberalização do movimento dos capitais. Essa linha de raciocínio também é defendida por Carcanholo (2010), pois os problemas estruturais e as armadilhas do processo de abertura e liberalização externa da economia brasileira mantiveram-se durante o governo Lula. O autor ressalta que a melhora na economia brasileira foi “tudo fruto do cenário externo extremamente favorável” (CARCANHOLO, 2010, p. 122).

12 Vale destacar que a taxa de variação da produção industrial anual de Santa Catarina vem apresentando oscilações, chegando a atingir índices negativos em determinados anos. Tal desempenho tem afetado a evolução do PIB, pois, a partir de 2006, as taxas de crescimento catarinense foram menores do que a brasileira. Nos três últimos anos, 2008, 2009 e 2010, os percentuais de crescimento do PIB de Santa Catarina foram 22,4%; 22,1% e 28,2%, respectivamente, no que concerne ao valor de 2002 (ESPÍNDOLA, 2016).

13 Nesse processo vem ocorrendo uma deterioração das relações comerciais de Santa Catarina com o mundo. A participação das exportações catarinenses no total da exportação brasileira, que era de 5,1%, em 2001 (5º maior exportador brasileiro), reduziu-se para 3,54%, em 2011 (MAMIGONIAN, 2011).

14 Entre 1970-1995, enquanto o pessoal ocupado na indústria de Biguaçu cresceu 620%, passando de 189 trabalhadores para 1.172 empregados, Palhoça cresceu 279% (de 501 para 1.398 contra 751% de São José (565 para 4.247). Dados trabalhados a partir de Souza (2011).

15 Em Palhoça até início da década de 1990 a principal atividade econômica industrial do município era a indústria cerâmica (tijolos e telhas). “E esse ramo obteve seu auge entre as décadas de 1960 e 1980, principalmente por abastecer o elevado crescimento da construção civil na capital. Entretanto, com a entrada no mercado da capital da indústria cerâmica mais competitiva do Sul do Estado e da Região do Vale Tijucas concomitante aos problemas internos, com a falta de investimentos na estrutura das empresas, além de problemas de ordem natural (com o processo de expansão urbana diminui os espaços para a exploração de matéria-prima) os proprietários se viram endividados levando o fechamento da maioria das empresas na década de 1990” (SOUZA, 2011, p. 81). Na palhoça, enquanto o setor agropecuário declinava o 31,8%, entre 1980-1991, o comércio atingiu um crescimento de 251,05%, o setor de serviços alcançou uma variação positiva de 164% e a indústria obteve um crescimento médio de 90,0%. “O processo de intensificação industrial de São José se deve principalmente pela posição territorial do município em relação a Florianópolis e sua ligação rodoviária (BR – 101) com os demais municípios da região e do Estado. Também, destaca-se nesse processo, a posição política do Estado catarinense no planejamento para a região da Capital” (SOUZA, 2011, p. 84). “O que se vê é uma tendência de concentração e diversificação industrial no perímetro territorial de São José com relativa expansão para Palhoça e Biguaçu” (SOUZA, 2011, p. 81).

16 No período de 2000 a 2010, o crescimento do setor de construção civil, no estado de Santa Catarina, foi de 137%, enquanto o Comércio cresceu 117,8% e setor de Serviços cresceu 93%. O emprego no setor de construção civil aumentou em média 91,25%, passando de 1.077.929 postos, em 2000, para 2.061.577, em 2011 (SEBRAE, 2014). Cabe destacar que 2004, foi implantado o marco regulatório do setor imobiliário (Lei nº 10.931/2004), que passou a regular as incorporações imobiliárias, o regime tributário, os valores imobiliários as novas normas de financiamento (letras e cédulas de crédito imobiliários, as locações e os registros imobiliários. Por intermédio da Lei nº 11.196/2005, foi possível reativar o mercado da construção civil, via alterações no regime de tributação dos bens imobiliários entre outras desonerações. Ver <http://www.irib.org.br/obras/a-mp-do-bem>. Acesso em : 20 mar.2017.

17 Na última temporada de verão (2015), passaram pela cidade de Balneário Camboriú cerca de 3 milhões de pessoas. Em Itapema, entre o Natal e o primeiro do ano a população alcançou a casa dos 500 mil habitantes. Segundo dados da Fecomércio somente no verão de 2015, os turistas gastaram em média R\$ 4 mil t com transporte, hospedagem, alimentação e lazer na cidade de Balneário Camboriú (REVISTA PORTUÁRIA, 2015).

18 A partir do final dos anos de 1980, teve início, no Brasil, um intenso debate sobre a privatização dos portos brasileiros. Assunto esse que já vinha sendo indicado nos anos de 1980, por Ignácio Rangel, que defendia a concessão de serviços públicos para a iniciativa privada. Segundo Rangel (2005, p. 511), os serviços de utilidade pública estão organizados como concessões de serviços públicos a empresas públicas; conseqüentemente, a única garantia possível é o aval do tesouro, o qual tem por lastro receitas correntes futuras. Ora, as receitas futuras são atualmente receitas presentes, muito aquém dos encargos garantidos. Daí a necessidade de privatizar pelo menos alguns desses serviços como meio

de substituir a garantia fidejussória do aval pela garantia real da hipoteca. Em 1990, com a extinção da Portobrás, o sistema portuário nacional passou a ser administrado pelas Companhias das Docas. Em 1993, foi promulgada a Lei nº 8.630/93 com o intuito de modernização dos portos. O objetivo da Lei era: (a) criar mecanismos para a concessão da operação e arrendamento de áreas portuárias; (b) incentivar a concorrência entre os portos e terminais portuários e (c) reformular as relações de trabalho e eliminar o monopólio dos sindicatos. No plano administrativo, a referida Lei criou a Administração do Porto Organizado (APEO) composto pelo Conselho de Autoridade Portuária (CAP) e pela Administração do Porto (AP). No que diz respeito à operação portuária, a Lei introduziu os operadores portuários e o Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário Avulso (OGMO), responsável pela contratação, formação de escala e alocação de trabalhadores (ESPÍNDOLA, 2014). Enquanto o Porto de Itajaí é administrado pelo município de Itajaí, o Porto de Navegantes é um terminal privado que pertence às empresas Triunfo Participações e Investimentos (50%) e a Mediterranean Shipping Company (50%).

19 O governo do Estado criou o “Programa Pró-Emprego” em 2007, com o objetivo da geração de emprego e renda no território catarinense por meio de tratamento tributário diferenciado do ICMS. Isso fez com que muitos importadores, viessem a se instalar nessa região. “Santos é muito mais difícil liberar a carga, tudo mais caro. Muitos são de Santos, liberam aqui as cargas e mandam via rodovia para Santos devido às facilidades”. Entrevista realizada na Multilog, Itajaí, Janeiro de 2015.

20 As economias de aglomeração podem ser classificadas em: (a) economias de localização, que são economias de escala externas às firmas, mas internas a um setor de atividade de um centro urbano; e (b) economias de urbanização, que são externas às firmas, mas internas ao centro urbano. Nos anos de 1990, vários autores passaram a dar novos sentidos à teoria da aglomeração e, assim, “não é mais o estudo da localização industrial que interessa. Mas sim, o estudo do crescimento das cidades e das indústrias que aí se localizam” (TINOCO, 2003, p. 50). Essa nova preocupação passa a ver as economias de aglomeração como dinâmicas. As teorias sobre externalidades dinâmicas tentam explicar simultaneamente como as cidades se formam e por que crescem.

21 Entrevista realizada na Prefeitura Municipal de Itapema em novembro de 2016.

22 Entrevista realizada no Porto de São Francisco, novembro de 2016.

23 Para os municípios localizados na fachada atlântica Santos e Bastos (2012) afirmam que o processo de urbanização ocorreu em três grandes fases. A primeira no início do século XIX está ligada à exportação de excedentes de produtos alimentares e artesanais. A segunda, entre 1850 e as primeiras décadas do século XX, está vinculada à importação de matérias-primas e bens de consumo e na diversificação da pauta exportadora (produtos agropecuários e extrativismo vegetal e mineral). A terceira fase, pós 1930, está associada ao dinamismo industrial brasileiro e catarinense.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, N. Dez anos de Política Econômica. In: _____. **Dez anos de governos pós-neoliberais: Lula e Dilma**. Rio de Janeiro: Flacso, 2013. p. 60-106.
- BASTOS, J. M. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: SANTOS, M. A. dos (Org.). **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. p. 76-92.
- BELTRÃO, Leila M. V. **A Indústria nos pequenos municípios do Sul de Santa Catarina**. Tese (Doutorado). Florianópolis: UFSC/PPGG, 2016.

- BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Texto para Discussão**, Brasília: IPEA, n. 1828, 2013.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS/ RAISESTB. 2011. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 08 set. 2016.
- CAMPOS, E. T. **A expansão urbana na região metropolitana de Florianópolis e a dinâmica da indústria da construção civil**. Florianópolis: Insular, 2010.
- CARCANHOLO, M. D. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: PASSARINHO, Paulo et. al (org.). Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- CASTRO, I. E. de. Análise geográfica e o problema epistemológico da escala. **Anuário do Instituto de Geociências**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 21-25. 1992.
- DELUCAFILHO, V.A. **Geografia das feiras de negócios em Santa Catarina: origem, evolução e dinâmica de transformações**. 2014. Tese (Doutorado). Florianópolis: UFSC/GCN, 2014.
- ESPINDOLA, C. J. Desempenho exportador brasileiro e o transporte de cargas nos portos e terminais de uso privativo. **Cadernos Geográficos**. Florianópolis: UFSC, n. 32, 2014.
- ESPINDOLA, C. J. Evolução e dinâmica da economia urbana da fachada atlântica catarinense: breves considerações. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 14., 2015. Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: UFC, 2015. v.1, p. 131 - 154.
- ESPÍNDOLA, C. J. O Impacto da reestruturação produtiva nas formações sócio-espaciais Catarinense. **Relatório de Pesquisa**. Florianópolis: UFSC/CNPq, 2016.
- FELIPE JR. Nelson, F. Dinâmica econômica e recentes transformações no setor portuário catarinense. In: SILVEIRA, M. R. (Org.). **Circulação, transporte e logística**. Florianópolis: Insular, 2016.
- FIESC. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em dados**. Florianópolis. 2013. Disponível em: <http://fiesc.com.br/sites/default/files/medias/sc_em_dados_2014_.pdf>. Acesso em: 15 jun.2015.
- FIRKOWSKI, O. L. C. F. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. v. 122, p. 19-38. 2012.
- FRESCA, Tânia M. Uma Discussão sobre o Conceito de Metrópole. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 8, p. 31-52. 2011.
- GOULARTI FILHO, A. **A indústria do estuário**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002.
- GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2007.
- IBGE. Cidades. 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=42&idtema=152&codv=v07&search=santa-catarina|blumenau|sintese-das-informacoes>. Acesso em: 05 mar. 2017.
- IBGE. **Produto interno bruto dos municípios**. 2013. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_reSultados.php?id_pesquisa=4. Acesso em: 14 mar. 2015.
- KANITZ, A. Parques Tecnológicos e Incubadoras Constituídos no Estado de Santa Catarina: um estudo geográfico. 2013. Tese (Doutorado). Florianópolis, UFSC/PPGG, 2013.
- KASEMODEL, M.S. M. **A indústria moveleira em São Bento do Sul-SC**. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: UFSC/PPGG, 1990.
- LEFEBVRE, H. **O pensamento de Lenine**. Lisboa: Moraes Editores, 1969.
- LENZ, T. C. Z. **A geografia da indústria de software em Santa Catarina: concentração e dispersão espaciais**. Tese (Doutorado). Florianópolis: UFSC/PPGG, 2015.
- LOPES G. B. DIB. **Origem, desenvolvimento e impactos dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis**. Tese (Doutorado). Florianópolis: UFSC/PPGG, 2015.

- MACHADO, E. V. (Re) arranjos sócio-espaciais na produção da “Região Metropolitana” de Florianópolis: trajetórias e tendências. In: SOUZA, M. A. de (org.). **A metrópole e o futuro**. Campinas: Edições Territorial, 2008.
- MAMIGONIAN, A. Vida Regional em Santa Catarina. Orientação, São Paulo: IG-USP, n. 2, 1966.
- MAMIGONIAN, A. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina. In: ANDRADE, M. C. de et al. (orgs). **O mundo que o português criou: Brasil século XVI**. Recife: CNPq/Fjn, 1998.
- MAMIGONIAN, A. A indústria de Santa Catarina: dinamismo e estrangulamento. In: _____. Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 73-121.
- MATTEI, L. F.; LAVRATTI, B. B.; PELED, R. de A. Comportamento do mercado de trabalho no estado de Santa Catarina entre 2001 e 2011. **Revista NECAT**, ano 2, n. 3. 2013. Disponível em: <http://necat.ufsc.br/files/2013>. Acesso em: 5 mar. 2015.
- MIOTO, B. T. Aspectos gerais da demografia catarinense na primeira década do século XXI. **Revista NECAT**, ano 1, n. 1. 2012. Disponível em: <http://necat.ufsc.br/files/2013>. Acesso em: 5 mar. 2015.
- MOREIRA, M. R. T. **A construção naval no Brasil: sua gênese, desenvolvimento e atual panorama na retomada do setor (1990-2010)**. 2012. Tese (Doutorado). Florianópolis: UFSC/PPGG, 2012
- MOURA, R.; SANTOS G. Semelhanças e diferenças no processo de urbanização do Sul do Brasil. In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. D. (Org.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011.
- MULLER, R.B. **Estudo geográfico do processo de industrialização de Timbó-SC**. Florianópolis: UFSC/PPGG, 2012.
- NAPOLEÃO F. Joinville (SC). Pólo latino americano de transformação do PVC (1941-2002). In: _____. **Santa Catarina**. Estudos de geografia econômica e social. Série Livros Geográficos IV. Florianópolis: UFSC/PPGG, 2011.
- M. F. R. **Os portos do Sul do Brasil: da formação ao século XXI**. 2009. Tese (Doutorado). São Paulo: USP/FFLCH, 2009.
- PAULANI, L. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008
- PELUSO Jr., V. A. O relevo do território catarinense. **Geosul**, Florianópolis, ano 1, n. 2, p. 7-69. 1986.
- PEREIRA, R. F. A. A particularidade do quadro urbano do litoral catarinense no processo de urbanização do Sul do Brasil. In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. D. (Org.). **As cidades e a urbanização no Brasil**. passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011.
- RANGEL I. M. Saídas para Crise. In: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.
- REVISTA PORTUÁRIA (2015). Economia & Negócios. n. 181. Disponível em: www.revistaportuaria.com.br. Acesso em: 10 out. 2016.
- ROCHA, I. de O. **Industrialização de Joinville-SC: da gênese às exportações**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.
- ROCHA, I. de O. Exportações industriais de Santa Catarina (1950-2010). In: _____. **Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social**. Florianópolis, UFSC. 2011. p. 249-329.
- ROSA, H. R. **Gênese, evolução e reestruturação da indústria calçadista de São João Batista – SC**. Dissertação (Mestrado). UFSC, Florianópolis: UFSC/PPGG, 2014.
- RUECKERT Rachel A. de O. **A dinâmica socioespacial das atividades características do turismo (ACTS) no Estado de Santa Catarina**. 2014. Tese (Doutorado). UFSC,

- Florianópolis: UFSC/PPGG.
- SANTANA, N A. de. **A Verticalização (quando) possível na cidade de Joinville-SC: a cidade como pode ser, o projeto urbano e a realidade material.** 2017. Tese (Doutorado). Florianópolis: UFSC/PPGG.
- SANTA CATARINA. (Estado). **Lei Complementar Estadual de Santa Catarina nº 495/2010.** 2010. Disponível em: [https://pt.wikisource.org/wiki/Lei Complementar Estadual de Santa Catarina 495 de 2010#Art.1.C2.BA](https://pt.wikisource.org/wiki/Lei_Complementar_Estadual_de_Santa_Catarina_495_de_2010#Art.1.C2.BA). Acesso em: 18 mar. 2017.
- SANTOS, M. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1977.
- SANTOS, F. M. **Geografia das redes hoteleiras mundo, Brasil e Santa Catarina.** (2012). Tese (Doutorado). Florianópolis: UFSC/PPGG, 2012.
- SANTOS, F.M.; BASTOS, J.M. O processo de urbanização do litoral e a expansão do turismo na capital catarinense – Florianópolis – Santa Catarina- Brasil. **Observatório Geográfico América Latina.** 2012. Disponível em: www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/. Acesso em: 12 mar. 2015.
- SEBRAE. **Estudo setorial da indústria catarinense: construção civil.** 2013. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4eff6b558ed301d674d84ee2debc1ebc/\\$File/5742.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4eff6b558ed301d674d84ee2debc1ebc/$File/5742.pdf). Acesso em: 20 mar.2017.
- SERENI, E. La categoria de Formación Económico-social. **Cuadernos de Passado y Presente, Cordoba,** Argentina: Siglo XXI, 1976.
- SCHLIKMAN, Paulo H. **Estudo geográfico das indústrias de plástico de São Ludgero-SC.** 2012. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: UFSC/PPGG, 2012.
- SIEBERT, C. A F. **A indústria e estado: reestruturação produtiva e o reordenamento territorial do Médio Vale do Itajaí.** Tese (Doutorado). Florianópolis: UFSC/PPGG, 2006.
- SILVA, M. A. A. **Indústria de equipamentos elétricos do nordeste catarinense.** 1997. Tese (Doutorado). São Paulo: USP/FFLCH, 1997.
- SILVA, M. A. A. Transição capitalista, industrialização e desenvolvimento regional e urbano: notas sobre o Sul do Brasil. In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. D. (Orgs.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro.** Florianópolis: InSular, 2011.
- SILVA, M. C.; MATTEI, L. F. Breves notas sobre a demografia na região da grande Florianópolis. **Revista NECAT,** ano 2, n. 3. 2013. Disponível em: <http://necat.ufsc.br/files/2013>. Acesso em: 5 mar. 2015.
- TINOCO, A. De aglomeração às externalidades dinâmicas de conhecimento: por uma releitura de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** Recife: UFPE, v. 5, n. 1, 2003. Disponível em: unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur. Acesso em: 10 dez. 2014.
- VIEIRA, Keith I. **Gênese e evolução da indústria cerâmica catarinense.** Dissertação (Mestrado). Florianópolis: UFSC/PPGG, 2009.
- VIEIRA, M. G. E. D; PEREIRA, R. F. A formações sócio-espaciais catarinenses. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE SANTA CATARINA, 1996, Florianópolis. **Anais [...].** Florianópolis: IHGSC, 1996, p. 564-572.
- ZAFERINO, M. de B. **O sistema portuário do Sul do Brasil e sua hinterlândia produtiva.** Dissertação (Mestrado). Florianópolis: UFSC/PPGG, 2016.
- WAIBEL, L. (1949). Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro: IBGE, ano 11, n. 2, p. 159-222, abr./jun. 1949. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1949_v11_n2.pdf. Acesso em: 10 abr. 2015.